

MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: UM ASPECTO GERAL.

Alexandre H. Gonçalves

Doutorando em Geografia, na UFGD, bolsista da FUNDECT MS.

Professor da UFMS.

Dr. Guillermo A. Johnson

Professor da UFGD.

Dra. Lia Moretti

Professora da UFMS.

RESUMO: Neste trabalho buscaremos descrever e analisar um cenário fundamentado em situações e questões históricas que encontram ecos audíveis no tempo presente no que diz respeito ao conjunto de ações relativas à formação e atuação dos movimentos sociais na América Latina de uma forma geral. Procuramos trazer em voga argumentações que possam se configurar como sendo as diretrizes à compreensão dos temas relevantes ao desenvolvimento pleno deste tema. Vale destacar que não nos propomos a descrever e analisar cada um dos movimentos sociais Latino-americanos isoladamente. Assim sendo, pretendemos refletir acerca destes de modo conjunto, buscando compreender os elementos em comum que conformam o cenário a partir de um aspecto geral.

Palavras-chave: Ideologia; Relações Internacionais; Política.

1. INTRODUÇÃO

Vale destacar, desde já que, este texto não se propõe a descrever e analisar cada um dos movimentos sociais Latino-americanos isoladamente, uma vez que para isso seria necessário à construção de uma tese de doutorado, ou várias - o que, não é o caso -, levando em consideração suas especificidades, bem como o contexto histórico particular dos países em que se desenvolvem, levantando e discutindo sua origem, inserção na cena política nacional/internacional e sua relação com outros movimentos sociais e instituições políticas. Assim sendo, pretendemos refletir acerca destes de modo conjunto, buscando compreender os elementos em comum que conformam o cenário.

Assim sendo, o método de pesquisa utilizado é o exploratório bibliográfico em dados secundários e, os elementos coletados são analisados de modo indutivo.

A priori, a América Latina mantém a reputação de ser um continente rico, em terra que têm acumuladas em si todas as riquezas possíveis, esperando, apenas, que homens dignos, laboriosos e sábios venham ocupá-las e explorá-las, fazendo valer tudo isso. É irritante pensar que as nações hegemônicas do cenário internacional, notadamente os Estados Unidos e os europeus, possam reproduzir de forma legítima sua sanha de ganância, ambição e lucros, oprimindo as nações Latino-americanas, que são descritas e consideradas por estes como sendo alguns poucos milhões de preguiçosos, mestiços degenerados, bulhentos e bárbaros que, se digam senhores de imensos e gloriosos territórios, dando-se ao valor de considerarem-se nações autônomas e soberanas de si. Uma vez que está verificado que são sumariamente incapazes de se organizarem em verdadeiras nacionalidades. Este é o sentir geral que traduz os juízos categoricamente desfavoráveis a nosso respeito, inclusive, com certa má vontade de quem observa as atuais situações sociais, políticas e econômicas Latino-americanas, mesmo que a posse e ao (potencial) gozo de riquezas socioambientais únicas no planeta (BOMFIM, 2008).

Neste tão glorioso espaço geográfico, o paradoxo e a contradição impostas pelo capitalismo e pelo imperialismo estrangeiro afloram de modo dramático, uma vez que, decreta-se arbitrariamente que a luta de classes não existe e é impossível, sobretudo por culpa dos agentes estatais e privados externos que as incitam, mas em troca existem as classes sociais e, a opressão de umas pelas outras. Desta forma, os Estados democráticos de direito que deveriam abrigar e defender os interesses legítimos de suas nações - inclusive, por prerrogativa constitucional, técnica e conceitual -, encerra, por fim, fundamentando e exercendo a função de coibir e reprimir as greves dos trabalhadores explorados, aniquilando sindicatos, com a finalidade de garantir os interesses do capital e do capitalista sobre o trabalho. Tudo nos é proibido, exceto cruzar os braços. Do período histórico do descobrimento/conquista, aos nossos dias é esta América Latina, no mundo, a região das veias abertas, das cicatrizes não curadas, da dor que não se encerra, da dominação eterna por parte do inimigo externo, que se faz presente a cada suspiro (GALEANO, 2015).

Do ponto de vista dos movimentos sociais, desde já, é importante destacar que o ataque a estes fragiliza as próprias instituições democráticas e abafa a diversidade de visões e posicionamentos nas sociedades Latino-americanas. E, ainda mais quando em um momento tão delicado para consolidação da democracia no continente, um contexto de polarização política tão intensa, o aparato dos Estados esteja sendo manipulado para suprimir direitos conquistados e silenciar setores inteiros da população (MARQUES. et. al., 2016).

Assim sendo, de norte a sul deste continente, os levantes sociais estiveram presentes na conformação das sociedades. As manifestações destas rebeliões davam-se por meio do surgimento de sindicatos no primeiro momento, alavancadas pela classe operária, depois pelo guerrilherismo e, por último, pelos movimentos sociais surgidos no cenário de guerra-fria que, por sua vez, foram sufocados por regimes militares em todo o continente. Deste modo, a continuidade dos conflitos sociais, no presente momento histórico é reflexo direto deste passado mal resolvido, em que conflitos pretéritos vêm-se emaranhados a novos cenários e atores, resultando em uma situação muito peculiar e complexa de ser explicada e vivida (COSTA, 2009).

Este quadro se estabelece a partir do século XIX, em que a busca pela modernidade, implicou na construção de governos e abordagens político-ideológicas notadamente liberais, configurados a partir do argumento de que o mercado deveria ser o centro e o palco de atuação e manutenção das economias e das sociedades como um todo, conduzindo os Estados Latino-americanos a um papel de coadjuvantes na criação e gestão desta ordem social especialmente funcionalista e utilitarista. Por sua vez, este era um quadro idealizado que, não vigorou a pleno vapor nem nos Estados Unidos e na Europa, tão pouco na América Latina que, fundada em uma condição de exploração oligárquico-latifundiária, sequer produziu elementos condicionantes para a reprodução desta ideia capitalista, uma vez que as práticas anticapitalistas são as mais corriqueiras e usuais por parte das elites Latino-americanas. A fim de dar prosseguimento ao ideário, devemos observar que o corporativismo burguês, inspirado no fascismo, serviu e, ainda tem servido as elites políticas e econômicas locais como forma de controle e dissuasão dos movimentos sociais e setores populares que se recusam a obedecer e a legitimar a tutela das classes opressoras e de Estados convertidos em jugos de arbitrariedade e despotismo contra seus cidadãos (DOMINGUES, 2007).

Especificamente, no espaço Latino-americano as contestações políticas se deram frente a regimes autoritários e repressivos, mas, que já seguiam em processo de liberalização ou fragmentação em seus poderes, adicionados a um contexto em que as desigualdades sociais crescentes e as crises econômicas de grande monta/amplitude conformavam o complexo cenário local (GOIRAND, 2009). Uma vez que para se confrontar diretamente estes regimes de governo, precisava-se de mais que vontade ou revolta, já que, a luta política e ideológica - em alguns casos -, levava a morte brutal e covarde do opositor, ou seja: o Estado marchou contra sociedade civil, esmagando-a e, deixando rastros de torturas e assassinatos contra seus próprios cidadãos (ARAUJO; SILVA e SANTOS, 2013). E, esta fora uma realidade vivenciada

amargamente em todos os países que prosseguiram sob governos de ditaduras militares.

Já nos anos 1990, diferentes movimentos sociais eclodiram na cena Latino-americana. Alguns deles não exatamente novos, mas é nesse momento em que se tornam mais expressivos, tornando-se conhecidos para além de suas fronteiras nacionais. São movimentos políticos, de protesto e de base, oriundos do campo e da cidade que, apesar de possuírem origens e demandas heterogêneas, é possível identificar um denominador comum entre estes: se constituem como sendo uma reação ao neoliberalismo vigente na época. Muito embora esta abordagem política-ideológica tenha se apresentado de formas distintas e tenha sido aplicada por meios e intensidades variadas nos Estados Latino-americanos, seus trágicos resultados provocaram impactos negativos que persistem ainda hoje em dia nestas sociedades. Tais como, a precarização constante e intermitente dos serviços de utilidade pública prestados pelo Estado, a desestatização de serviços estratégicos ao crescimento e desenvolvimento das sociedades em prol da lucratividade de grupos privados - inclusive os internacionais -, o desemprego e a pobreza generalizados, a fragmentação e o estamento nas esferas sociais. As ardilosas e sedutoras, mas, falsas promessas do neoliberalismo afetaram os pobres e a classe trabalhadora, mas, também, as classes médias e até grupos da burguesia dependente vinculados aos mercados internos (QUIJANO, 2004, p. 75).

Reforçando o argumento supracitado, estes movimentos sociais tão diversos em sua composição social e em suas demandas, também se diferenciam em termos de correntes e tendências político-ideológicas, bem como em suas formas de atuação. Estas são condicionadas pelas tradições locais, de modo que não há características únicas. Por exemplo, em países com forte presença indígena são marcantes as experiências coletivistas e comunitárias, enquanto em países mais industrializados, com um proletariado urbano mais expressivo, são notáveis as atuações dos movimentos sindicais e suas relações com os partidos políticos com o Estado (GALVÃO, 2008).

Adicionado a este quadro conceitual e recordando que historicamente, na América Latina, os processos de redemocratização das sociedades se deram por meio de muita luta, em toda parte, a abertura institucional se acompanhou de mobilizações populares de massa, que foram carreadas por uma explosão de expectativas e se caracterizavam pela multiplicidade de práticas e organizações que as conduziam. Ainda houveram grandes mobilizações de rua, de alcance nacional, de greves em todos os países latino-americanos. As demandas que se manifestaram no contexto dessas aberturas políticas repousaram sobre uma reconstrução do quadro de

compreensão e interpretação das desigualdades sociais e políticas, carreadas pelos movimentos “de base” que redefiniram as provações de direitos sociais constituídos como sendo discriminações ilegítimas. Estas ações coletivas politizaram questões concretas e imediatas, trazendo em voga a percepção da posição comum dos grupos populares frente às necessidades ou carências vivenciados ao longo da vida, evidenciando um quadro de injustiças tangível e, sobretudo, questionável (GOIRAND, 2009).

Portanto, não devemos pensar e compreender estes movimentos sociais Latino-americanos como sendo movimentos revolucionários clássicos, com o vento da história soprando a seu favor, na direção da conquista do poder. Há algo de novo e vindouro nestes movimentos de protesto e resistência que tanto têm se distanciado do arcaico, pelo contrário, chegam a vislumbrar uma chama de inovação em que prosseguem para muito além da sensibilidade sacrificial do combate direto, estabelecendo, dia-a-dia, uma nova cultura de libertação que não temem qualificarem-se como sendo de posturas políticas e ideológicas pós-modernas ou pós-capitalistas, em que se busca e se proclamam o benefício imediato, por parte do povo, das benesses de uma economia e uma política a serem conduzidas de modo solidário e sustentável, transfigurando o *status quo* de maneira decisiva em prol de uma vida e de um futuro comum para além do capital e do mercado (ARANTES, 2004).

É importante assinalar que a pluralização dos movimentos sociais dá-se a partir da perda de uma clara hierarquia de atuação entre estes, configurando e redefinindo no prisma político da sociedade de que forma passam a atuar estes movimentos, fundamentados por narrativas e práticas de subjetividades coletivas, construídos frente fluidez das novas identidades socioculturais das sociedades, ganhando corpo, inclusive, por conta do somatório dos esforços dos movimentos contra a dominação do *mainstream* (DOMINGUES, 2007).

Entretanto, sobre este quadro conjuntural Domingues (2007), ainda adverte que estes movimentos sociais não são necessariamente revolucionários, muito menos socialistas em princípio. Deve-se notar que desde sempre, em uma forma reflexivamente prática, seus membros se reconhecem como as constituindo, podendo dar forma e conteúdo sistemático, ao racionalizar suas ações, de identidades difusas. Podem, inclusive, politizá-las - emprestando-lhes/investindo-lhes conteúdos revolucionário e socialista, por exemplo. Mas, esta “unidade” somente é possível, na medida em que praticamente isso é plausível, ou seja: desde que os indivíduos que conformam as classes/movimentos compartilhem, efetivamente, das condições de vida, relações institucionais e práticas sociais comuns.

Ainda, é possível perceber que a grande pluralização dos movimentos sociais Latino-americanos é fruto da crescente complexidade da modernidade/contemporaneidade. Evidente que alguns destes movimentos já pré-existiam a esse período mais recente, mas sua preeminência, situação de igualdade ou maior importância, dá-se por conta do acirramento do quadro geral dos temas políticos, sociais, econômicos e culturais que acometem a realidade das nações/populações da América Latina.

Paralelamente, frente a este cenário, é possível indicar que na América Latina não existe nenhum ator social ou político que possa por si só, se erigir como sendo o protagonista das transformações sociopolíticas e econômicas vigentes, uma vez que esta transformação deve resultar necessariamente de uma articulação plural e multidimensional que se configure como sendo a expressão dos anseios legítimos da população (RAUBER, 2003, p. 58). Por conseguinte, estes movimentos transformam os meios em fins e, seu êxito é dado não pelas conquistas, mas, pelo número de participantes e seu impacto midiático na sociedade - o que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma grande fragilidade, pois vinculasse o exercício do protesto e dos objetivos dos movimentos aos filtros editoriais da grande mídia, notadamente corporativista e burguesa. Mas, esta lógica de atuação tem prosseguido, uma vez que os movimentos tornem-se dependentes da opinião pública, para que a sociedade tome conhecimento da ação e discuta e debata o que está sendo demandado, reclamado ou denunciado, para que a ação coletiva venha a atingir reconhecimento e legitimidade social (POPEAU, 2007, p. 47).

Disso tudo resulta um cenário contraditório em que convivem entidades e movimentos que buscam a mera integração dos excluídos, por meio da participação comunitária em políticas sociais exclusivamente compensatórias, por meio de redes e fóruns sociais que buscam a transformação social, buscando a mudança dos modelos de crescimento e desenvolvimento econômico que imperam no mundo capitalista, inspirados em um novo modelo civilizatório na qual a cidadania, a ética, a justiça e a igualdade social sejam imperativos, prioritários e inegociáveis. Em suma, estes movimentos sociais Latino-americanos buscam estabelecer compromissos éticos e a opção pelo desenvolvimento de propostas que tenham como base a participação social pelo protagonismo da sociedade civil, em função da legitimidade das forças democráticas para construção de sociedades como espaços de atuação pública diferentes daqueles estabelecidos pelo modelo neoliberal, notadamente a partir de exclusões e injustiças. Desta forma, os direitos de cidadania devem ser respeitados, com a finalidade de que se aumentem progressivamente os níveis de participação democrática das populações (GOHN, 2011).

Contraditoriamente, há crises de cidadania em todos os países da América Latina e, essa situação repercute sobre a noção de ideologia nacional, colocando-a também em crise, na medida em que se problematiza quem são os verdadeiros membros da comunidade de cidadãos. Estas crises de cidadania, que, no fundo, colocam em questão as próprias noções acerca das unidades nacionais, abrem espaço para proliferação de inúmeros movimentos identitários com diferentes formas de apropriação da ideologia da cidadania e, mesmo, das esferas de atuação e interlocução política. Coetaneamente, alguns desses movimentos (ou, contramovimentos), são claramente regressivos, ou seja: voltados para pretensa recomposição da ordem social, tidas como harmônicas. Com este objetivo, obtém-se a repressão/rejeição de parcelas da sociedade sobre as demais. Indivíduos e coletividades sendo construídos como “externos” à sociedade a aos seus valores fundamentais (específicos). Quase sempre estes “movimentos” são portadores de atributos de etnicismo ou são classistas e, se conformam a partir de formulações simbólicas e pragmáticas moralizantes que reivindicam a posse das virtudes cívicas para os verdadeiramente nacionais. Não lutam pela conquista da cidadania, pois se julgam os únicos a merecê-la e a já exercitá-la plenamente e, portanto, devem defendê-la das ameaças deletérias dos que não possuem as condições mínimas para compartilhar igualmente o pertencimento à comunidade (ALMEIDA, 2007).

Estes movimentos sociais Latino-americanos que emergiram perante a ausência de ações por parte do poder público, que não fora capaz de garantir-lhes, por meio de políticas públicas efetivamente democráticas o acesso de amplos contingentes populacionais aos direitos de cidadania. Por conseguinte, inserido nesta dinâmica, diversos e heterogêneos grupos e coletivos vêm buscando alternativas de integração em um cenário marcado por um alto grau de segmentação, estratificação e exclusão, isto é: por desigualdades sociais (velhas e novas) o que dizem respeito à organização produtiva e do trabalho e, no acesso as esferas políticas. Desta feita, o esforço destes grupos têm se orientado na procura de novos signos, linguagens e formas de organização sociopolítica, econômica e cultural.

Nesta esteira, há um confronto dos movimentos sociais contra o poder público, por meio da politização dos conflitos, permitindo a emergência de uma perspectiva que ultrapassa a dimensão político-econômica e, este antagonismo ao Estado criam as condições para a unidade de seus atores, acelerando o desenvolvimento de uma força social que vai adquirindo uma dinâmica própria (CARDOSO, 2008). Contudo, ao se fixarem os caminhos teórico-metodológicos para crítica ao autoritarismo dos Estados/governos Latino-americanos deixam-se de lado a busca pelas transformações substantivas dos aparelhos de Estados em prol da população. E, duas ordens de

problemas surgem de maneira sobrepostas: 1) a transformação do papel do econômico dos Estados e a conseqüente centralização de decisões; 2) governos autoritários e repressão das formas tradicionais de expressão e reivindicação populares. Por conseguinte, os movimentos sociais reivindicatórios surgem em resposta a estes dois processos. Desta forma, compreendemos teoricamente a rebeldia das massas contra o autoritarismo do Estado (que é real), mas, deixamos de lado a abrangência de como se dá a atuação do Estado sobre a sociedade e, de que maneira a população poderia conduzir democraticamente estas ações. Assim sendo, o personagem “Estado” adentra a este cenário com uma caracterização um pouco pobre, definido apenas como sendo o inimigo da sociedade, o ente metafísico onipresente contra qual se move a sociedade civil (CARDOSO, 2008).

Esta percepção com relação aos movimentos sociais Latino-americanos se fundamenta a partir da teoria da marginalidade em que a expressão relativa às classes populares se refere, em geral, a presença de setores sociais empobrecidos com a aplicação dos modelos e crescimento/desenvolvimento econômicos implementados na América Latina e, que estes sujeitos estiveram excluídos das decisões políticas. Portanto, o uso do termo é quase metafórico, pois sintetiza a ideia de grandes contingentes (massas) de baixa renda que, apesar de indefesos, guardam em si a capacidade de distinguir suas necessidades básicas e irromper - de tempos em tempos - reclamando maior igualdade. Nesse sentido estes sujeitos se definem por meio das lutas por melhores salários, mas, em igual medida, generalizam suas reivindicações buscando a edificação de sociedades mais democráticas. Um importante traço desta situação é a espontaneidade e o senso de justiça que garantem aos movimentos sociais Latino-americanos (de base popular), sua independência das elites e dos partidos e a justeza de suas demandas decididas entre iguais (CARDOSO, 2008, p. 327).

Observamos que os referidos movimentos expressam, a partir de práticas de desobediência e resistência civil, não apenas a sua vontade de obter autonomia frente ao Estado e a necessidade de criar dinâmicas democráticas inovadoras e, propostas alternativas acerca da organização política e produtiva das nações (HOPSTEIN, 2009). Mas, Cardoso (2008, p. 347), ainda afirma que a autonomia ideológica e institucional destes movimentos não tem garantido a possibilidade de intervenção na correlação de forças dos sistemas políticos dominantes. Suas ações reivindicativas, ainda que autênticas e legítimas, são positivas, porém, fragmentadas e limitadas pelo próprio aparelho do Estado.

2. CONTEMPORANEIDADES E ASPECTO GERAL

Contemporaneamente, com a instalação de governos democráticos de caráter progressista em toda América latina - em alguns casos até de esquerda -, aparentemente, implicou em importantes mudanças nos rumos políticos das sociedades e, também, nas dinâmicas dos movimentos sociais, especificamente no que diz respeito às relações estabelecidas com a estrutura de poder. Embora, mesmo neste período, a relação entre Estado e movimentos sociais permanecesse problemática (especialmente no que diz respeito à relação com as estruturas de controle, particularmente, com o poder policial), podemos observar a existência de estratégias de aproximação e diálogo entre os movimentos e os governos (HOPSTEIN, 2009).

Entretanto, desde que Hopstein (2009), observou, analisou e descreveu o cenário supracitado, muita coisa mudou na conjuntura Latino-americana e, por conseguinte, seus impactos sociais, políticos e econômicos a todo subcontinente e suas populações. Uma vez que os governos progressistas/de esquerda da América Latina foram incapazes de responder à crise estrutural do capitalismo, abriram espaço ao ressurgimento de atores políticos radicalmente antissociais, sem poder formular respostas à altura a sociedade como um todo e, aos segmentos sociais marginalizados - os pobres/excluídos.

Estes governos que foram eleitos na esteira da destruição social dos anos 1990, em muitos casos a partir de comoventes mobilizações populares. Em comum, trazem consigo o fato de não terem, jamais, atacado, de fato os grandes alicerces do capital, inclusive culturalmente, de maneira que quando se chegou ao fim da bonança econômica baseada nos lucros do comércio internacional de *commodities*, não haviam bases populares dispostas a renovar os processos. Desta feita, a lição principal é que as estratégias e caminhos traçados pelos partidos foram suficientes para que estes chegassem à presidências de vários países Latino americanos, sob um contexto forte de contestação, sob um contexto forte de contestação as práticas neoliberais empregadas pelos governos pretéritos. No entanto, suas ações pragmáticas foram insuficientes para modificar os rumos das nações, inclusive, se estabeleceram de forma contrária, fomentando os fatores condicionantes de uma onda econômica e política cada vez mais conservadora (SANTOS, 2016a).

A questão fundamental é que tais governos não enfrentaram os problemas históricos das sociedades Latino americanas, optando por prosseguirem seus governos pelas linhas de menor resistência, buscando incessantemente, conciliar as demandas do capital e do trabalho. Entretanto, os avanços para o campo do trabalho

seguiram somente até o limite tácito em que não implicassem em concessões do capital. Por conseguinte, ao não enfrentar os problemas estruturais, tornou-se impossível resolvê-los ou, ao menos, dar bons encaminhamentos a esta situação. De tal modo, estes problemas reascenderam, em muitos casos, com uma intensidade maior. Primeiro porque neste ínterim se desprestigiou a esquerda e, em segundo lugar, porque com a finalidade de se manterem no poder, os acordos políticos se deram, justamente, com os antagonistas dos projetos políticos-ideológicos eleitos, fundamentando um apassivamento das bases populares e, por conseguinte, dos movimentos sociais, esgotando as condições para a manutenção destas organizações/iniciativas, uma vez que estes foram desmobilizados e alienados, criando uma prerrogativa “moral” para a retomada de poder das elites mais conservadoras e corruptas dos países Latino americanos. Em tais circunstâncias, em que por um lado se debilitou o campo social/popular, fortaleceram-se todos os demais segmentos que costumam enfrentá-los (SANTOS, 2016b).

Especificamente acerca dos movimentos sociais, estes foram cooptados ou atacados, constringendo simbolicamente e pragmaticamente a mobilização destes, resultando em um apatia/resignação por conta da desilusão do povo com os governos progressistas/de esquerda, neutralizando o potencial de reivindicações e protestos autônomos do campo popular, fortaleceram-se todos os elementos da política, da economia e da sociedade cínica e conservadora que estes devem enfrentar, porém, mais enfraquecidos (SANTOS, 2016a).

Adicionalmente, houve uma institucionalização dos conflitos sociais como sendo uma das estratégias para dos governos Latino-americanos para responder aos movimentos sociais. Por conseguinte, a cada onda de movimentos surgiram leis e novos órgãos e atores públicos para abarcar o “problema”. Nessa esteira se estabeleceram iniciativas estatais pautadas por características de rigidez, normatizações e tratamento supostamente equitativo. Entretanto, não se captaram as especificidades dos problemas segundo os atores sociais envolvidos as denunciaram/vivenciaram. Assim sendo, os problemas não foram resolvidos e, ainda implicaram em um aumento da descrença popular no poder do Estado como estância promotora do bem comum (GOHN, 1997). Mas, esta situação não é um elemento novo a ser atribuído aos governos mais recentes, é uma questão histórica e intrínseca às nações da América Latina.

Assim sendo, podemos observar e anotar que os movimentos sociais vêm passando por permanentes processos de transformação, crises e rupturas. Podemos perceber um espectro de derrota, de experiência fracassada, de uma força completamente dizimada pela lógica corporativa, especialmente pelo poder do Estado

(colonizado pelo inimigo), partidos políticos e grande mídia, que constroem e oprimem de toda forma os excluídos e os pobres. Todavia, na mesmíssima medida, podemos compreender que os coletivos e movimentos sociais emergentes no cenário Latino americano definiram efetivamente espaços cheios de potência, dando origem à outra densidade social, conseguindo instalar novas dinâmicas políticas e modos de buscar a democracia e a cidadania que, certamente, não poderiam ser interpretados desde a ótica do pensamento político clássico. Concebidas como sendo um autêntico movimento de movimentos, as experiências Latino americanas não podem ser agregadas e pensadas de um modo único, uma vez que, tratam-se de sujeitos políticos que, longe de serem unitários, fazem da luta contra a atomização e a segmentação instrumentos para o reconhecimento de identidades múltiplas, plurais e híbridas (HOPSTEIN, 2009).

Desta feita, o legado deixado pelos governos progressistas/de esquerda na América latina, em perspectiva histórica, é que não é possível implementar mudanças políticas e sociais efetivas dentro de uma ordem pré-estabelecida. Assim sendo, os movimentos sociais e os atores sociais “questionadores” devem reelaborar e conduzir a edificação de um novo horizonte político fundamentado no combate à dependência e à desigualdade, ou seja: no combate aos imperativos do crescimento econômico, da sobreexploração do trabalho e da degradação da natureza, focalizando esforços em prol da conformação de uma política contra-hegemônica (SANTOS, 2016).

Uma ressalva a ser cumprida frente aos argumentos citados nos últimos parágrafos é que os partidos e atores políticos e econômicos correlacionados ao capital (conservadores, de direita e, mesmo, de extrema-direita), não foram aliados do poder, estiveram ao longo de todo tempo, prosseguindo juntos nas esferas de decisão dos países Latino-americanos e, “contribuíram” em muito para consolidação deste quadro de desequilíbrios e assimetrias sociais, políticas e econômicas em toda América Latina. Depois de mais de 500 anos de sobreexploração dos potenciais socioambientais locais por parte do capital e seus interlocutores, atribuir, especificamente, a culpa do “malfeito” aos governos dos últimos 15 anos (de direita ou de esquerda), é de uma hipocrisia sem fim e, isso não o faremos.

Adiante, toda esta narrativa empreendida até o presente se estabelece como sendo o elemento norteador para concepção de uma abordagem que compreende este conjunto de fatos históricos e fatores condicionantes como sendo as referências ao desenvolvimento do paradigma Latino-americano acerca dos movimentos sociais. Isto porque, apesar de ser uma composição em fase de construção, ainda uma abstração conceitual a ser formada e conformada pelos estudos que ainda se desenvolvem - como este -, é importante relatar e descrever que as lutas e

movimentos sociais que se desenvolvem na América latina, são diferentes daqueles ocorridos nos Estados Unidos e na Europa e, portanto, julgá-los a partir de bases teórico-metodológicas que não foram estabelecidas para esta finalidade é mais um exercício intelectual do que, efetivamente, a indicação segura para o caminho da compreensão plena do assunto, suas especificidades e desdobramentos teóricos e/ou práticos.

Há inúmeros estudos científicos e importantes publicações que abordam o tema ao longo do tempo, entretanto, estes devem ser compreendidos como sendo elementos, que somados, trazem consigo uma concepção mais integral e positiva acerca das realidades (distintas em muitos casos), vivenciadas pelos movimentos sociais na América Latina. Estas linhas de pesquisa e interpretação lançaram mão de vários artifícios, teorias e métodos para se enquadrar estes movimentos a uma perspectiva de pensamento única e verdadeira. Entretanto, estes ensaios refletem as agruras relativas ao tempo em que foram escritas e, teorizam pouco sobre o tema, sendo mais compreensíveis (como toda a importância a que merecem), com sendo obras descritivas.

A este cenário, se deve acrescentar que as pesquisas e, por conseguinte, a produção Latino-americana sobre os movimentos sociais, muitas vezes estiveram permeadas por pressupostos ideológicos derivados de matrizes políticas-pragmáticas vinculadas a partidos políticos. Desta forma, as reflexões teóricas locais se deram por afinidade à europeia, uma vez que esta era mais crítica e articulada aos pressupostos das esquerdas Latino-americanas, ignorando-se a produção e o pensamento norte-americano, considerado excessivamente funcionalista (GHON, 1997, p. 216). Certamente não foram estes os fatos a impedir o desenvolvimento de uma teoria própria, adequada à realidade Latino-americana, mas, por certo que, contribuíram muito para a incorporação exclusiva das teorias advindas da Europa.

Evidente que, estabelecer uma teoria aplicável a toda América Latina, empreende um esforço intelectual considerável - para além de muita pesquisa -, isso porque, existem complexas diferenças históricas, políticas, geográficas, econômicas, sociais e culturais que formam e configuram as experiências vividas e percebidas pelas diferentes nações que conformam a América Latina, ao longo do tempo histórico e presente. Os principais pontos a serem considerados na formação de um paradigma Latino-americano de pensamento sobre os movimentos sociais foram estabelecidos pela pesquisadora Maria da Glória Ghon, em seu livro intitulado: "Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos" (1997). E, sobre este assunto, a autora elenca e descreve 22 (vinte e dois) pontos a serem considerados. Apesar de todos serem extremamente importantes, descreveremos e discutiremos

sobre aqueles que julgamos mais afinados/correlacionados a nossa proposta de trabalho/objeto de estudo. São eles:

- (1) Diversidade de movimentos sociais existentes; diferenciação interna entre eles quanto a formas de organização, propostas, projetos políticos, articulações, tipos de liderança, etc., resultando em uma diversidade de movimentos em relação aos mesmos temas e problemas (GHON, 1997, p. 227);

Podemos compreender esta afirmativa como sendo resultado inerente as especificidades, complementaridades e, principalmente, as diferenças que acometem as nações Latino-americanas, com suas potencialidades e seus problemas e, partir disso, a conformação, atuação e efetividade dos movimentos sociais característicos.

Coaduna com esta perspectiva Mutzenberg (2011), que aponta que no espectro relativo aos movimentos sociais, notadamente os Latino-americanos, há uma presença multiforme de agentes sociais, ampliando as formas de identificação, de composição e de procedimentos políticos. Implica, assim, uma visão ampla da dinâmica social, a partir da qual se constroem identidades, articulando diferentes elementos e criando sentidos a partir dos quais podem ser estabelecidos agentes, razões mecanismos e objetos pertinentes àquela composição; configurando um pluralismo de agentes e agendas sociais que se mobilizam em torno de diferentes programas que buscam confrontar e reverter o discurso e as práticas hegemônicas.

- (2) Hegemonia dos movimentos populares diante de outros tipos de movimentos sociais. A maioria dos movimentos populares lutou por terra, casa, comida, equipamentos coletivos básicos. Ou seja: necessidades sociais materiais básicas elementares à sobrevivência, direitos básicos elementares. Não há modernidade nestas lutas. Elas são seculares dos excluídos. As carências socioeconômicas eram das populações demandatárias e dos movimentos em si. Não havia organizações estruturadas com recursos econômicos e nem os movimentos lutavam para obter doações e suportes financeiros (...) (GHON, 1997, p. 228);

Quando tais lutas populares suplantam a condição classista (trabalhador) há um caminho para que se formulem direitos relativos à obtenção/acesso pleno a cidadania para a sociedade como um todo, ultrapassando os limites do sistema capitalista. Fundamentando um horizonte em que os direitos basais devem ser precedidos a outros, conformando o argumento indicado previamente (PINHEIRO, 2010).

(9) A relação dos movimentos sociais com o Estado sempre variou em função de objetivos estratégicos e das articulações mais amplas dos próprios movimentos. Na América Latina o Estado, tradicionalmente tem sido e, continua a ser, alheio e distante dos cidadãos, sendo apropriado por alguns, nunca por todos (...) (GHON, 1997, p. 232);

O Estado amplia-se e passa a gerir os conflitos sociais por um lado criminalizando os problemas decorrentes e reprimindo a atuação de organizações e movimentos sociais, por outro lado incorpora mecanismos burocráticos de cooptação e consenso, prestando poucos serviços sociais a fim de expressar e legitimar suas ações junto aos setores dominados/oprimidos (COUTINHO, 2010). Esta argumentação justifica as relações cíclicas entre Estados e movimentos sociais e como as ações de um retroalimentam o outro sistematicamente ao longo do tempo.

(12) Ao contrário do que afirmam algumas teorias americanas e europeias, as ideologias não morreram e são elementos fundamentais da própria ideia de movimento social na América Latina (GHON, 1997, p. 234);

Os conflitos sociais que conduziram a eclosão e manutenção dos movimentos sociais na América Latina podem ser lidos à luz do pertencimento de classe. Nesse sentido, há uma articulação entre identidades e pensamentos que têm em comum o fato de partilharem uma mesma ideologia (GALVÃO, 2009).

(17) Na América Latina a articulação entre diferentes lutas e movimentos sociais é um fato recente (...) (GHON, 1997, p. 237);

Sobre este argumento é preciso estabelecer uma perspectiva histórica, indicando que o modo democrático e popular de articulação dos diversos movimentos socio-populares e de unificação das lutas deve ser definido pelos próprios atores sociais envolvidos nos movimentos, em suas instâncias, no horizonte de uma estratégia global que facilite o avanço concreto de suas lutas específicas e imediatas rumo à transformação das estruturas de exploração, dominação e exclusão peculiares ao capitalismo, a fim de superá-lo, compondo, portanto, a realização de seus objetivos conjunturais com o acúmulo de forças para realização dos objetivos históricos das classes populares (MANCINI, 2007).

(19) Dentre os contratos existentes no cenário dos movimentos sociais latino-americanos devemos considerar suas estratégias e táticas, que variam de ações violentas - características dos movimentos chamada fase pré-política, quando o diálogo e negociação eram inviáveis - a formar de ações modernas, com uso de meios avançados de comunicação - como os computadores, a Internet e mídia (televisão e principais jornais) (...) (GHON, 1997, p. 239);

Sobre este argumento, podemos indicar que há um ator importante neste contexto: o guerrilheiro urbano, que é um inimigo implacável do governo e infringe dano sistemático às autoridades e aos homens que dominam e exercem o poder. O trabalho principal do guerrilheiro urbano é distrair, cansar e desmoralizar o *mainstream* e suas forças repressivas, como também atacar e destruir as riquezas dos capitalistas, provenientes da exploração e opressão da nação (MARIGHELLA, 2015). Em contrapartida, mais recentemente, podemos observar que muitas manifestações populares têm sido organizadas na luta contra situações extremas com relação às sociedades. Nesse sentido, as novas tecnologias da informação e comunicação ganham destaque no processo de mobilização de militantes, a exemplos das ferramentas *YouTube*, *Twitter* e *Facebook* (SERRA JUNIOR e ROCHA, 2013). É preciso pensar que ambas as características são resultados inerentes a problemas sociais existentes de fato nas sociedades e, as formas e abordagens de atuação (hard ou soft), estão presentes no cenário e, são legítimas e complementares.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos considerar que a heterogeneidade dos movimentos comporta várias expressões da vontade política, cada qual contendo em seu bojo projetos políticos. Sabemos que a democracia representativa, eleita pelo sufrágio universal, na prática não é a representante dos interesses gerais, como afirmam os discursos. A figura de um governo significa vitória de uma dada ala das forças políticas. Embora esta ala tenha de procurar compor-se com as várias facções existentes, certamente tentará apoiar-se na facção que lhe deu apoio eleitoral. E, portanto, nem todos os movimentos populares têm o mesmo "caminho aberto" para se expressar diante de um governo só por que estes se elegeram pelo sufrágio popular. Há interlocutores privilegiados. Há, ainda, "contramovimentos oficiais", isto é, movimentos criados por estímulo das políticas públicas, objetivando dar-lhes suporte político. Estes contramovimentos se apresentam na arena política como representantes de forças sociopolíticas que,

usualmente, não estão preocupadas com a mudança e a transformação da sociedade. Mas fazem parte do jogo na arena democrática (GHON, 1997, p. 239);

Por fim, Ghon (1997) indica que os estudos sobre os movimentos sociais latino-americanos e a edificação de um paradigma de pensamento próprio, devem ter um enfoque multidisciplinar, envolvendo a sociologia, a ciência política, a antropologia, a história, a econômica e a psicologia social. A política deve ser destacada por ser a grande arena de articulação, pelo fato de os movimentos sempre estarem envolvidos ou ligados a relações de poder. Deve-se considerar: ideologias, valores, tradições e rituais da cultura de um grupo; a cultura política como um todo etc.; assim como a estrutura sociopolítica e econômica em que os movimentos estão inseridos, numa abordagem histórico-estrutural renovada. Portanto, este não é um produto acabado.

4. BIBLIOGRAFIA

ARANTES, P. E. **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

ARAUJO, M. P.; SILVA, I. P.; SANTOS, D. R. **Ditadura militar e democracia no Brasil**: história, imagem e testemunho. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

BOMFIM, M. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Edelstein, 2008.

CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B; ALMEIDA, M. (orgs). **Sociedade política no Brasil pós-61**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

COSTA, E. S. **Movimentos sociais latino-americanos**: “A ch`ama dos movimentos campesino-indígenas bolivianos”. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009. (Dissertação de mestrado em Sociologia).

COUTINHO, J. A. O. Movimentos sociais e Estado: uma análise de classe. **Rev. de políticas Públicas**. 2010.

DOMINGUES, J. M. **Os movimentos sociais latino-americanos**: características e potencialidades. Rio de Janeiro: OPSA-IESP-UERJ, 2007.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. **Rev. Crítica Marxista**. n. 32. 2011.

_____. Ideologia e política nos movimentos sociais da América Latina. In: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009.

_____. Os movimentos sociais da América Latina em questão. **Rev. Debates**. n. 2. 2008.

GOIRAND, C. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Rev. Est. Hist.** n. 44. 2009.

GOHN, M. G.; BRINGEL, B. M. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Brasileira de Educação**. n. 47. 2011.

_____. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

_____. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**. v. 5. n. 1. p. 11-40. 2000.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

HOPSTEIN, G. Movimentos sociais latino-americanos e políticas públicas: um pacto possível? **Rev. Litteris**. n. 2, 2009.

MANCE, E. A. O papel estratégico do movimento popular a democracia popular: o aprendizado dos anos 80 e 90. In: Seminário de luta pelos Direitos Humanos no Brasil, Brasília, 2007. **Anais...** Brasília, MNDH, 2007.

MARQUES, C.; MORIBE, G.; LIMA, J. RIELLI, M. ARNOLDI, M; MAIA; FIRBIDA, T. **Nas ruas, nas leis, nos tribunais: violações ao direito de protesto no Brasil 2015-2016.** São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2016.

MARIGHELLA, C. **Manual do guerrilheiro urbano.** São Paulo: Clube de autores, 2015.

MUTZENBERG, R. Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. **Rev. Sinais.** n. 09. 2011.

QUIJANO, A. El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas? **Rev. Venezolana de Economía y Ciencias Sociales.** n. 1 2004.

SANTOS, F. L. B. **Além do PT: a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana.** São Paulo: Ed. Elefante, 2016a.

_____. **Origens do pensamento e da política radical na América Latina.** Campinas: Ed. UNICAMP, 2016b.

SERRA JUNIOR, G. C.; ROCHA, M. N. A internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais. **Rev. Katál.** n. 2. 2013.